Grupos musicais em saúde mental: Atores em ação no cenário da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro/Brasil

Music Groups and Mental Health: Actors Working within the Scenario of Psychiatric Reform in Rio de Janeiro, Brazil

Groupes musicaux en santé mentale : acteurs en action sur le scénario de la réforme psychiatrique à Rio de Janeiro, Brésil

Raquel Siqueira-Silva, Marcia Moraes e João Arriscado Nunes

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1553>

DOI: 10.4000/rccs.1553

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 Setembro 2011

Paginação: 87-107

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Raquel Siqueira-Silva, Marcia Moraes e João Arriscado Nunes, « Grupos musicais em saúde mental: Atores em ação no cenário da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro/Brasil », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 94 | 2011, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 20 abril 2019.
URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1553> ; DOI : 10.4000/rccs.1553

RAQUEL SIQUEIRA-SILVA
MARCIA MORAES
JOÃO ARRISCADO NUNES

Grupos musicais em saúde mental: Atores em ação no cenário da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro/Brasil*

O artigo investiga a formação de grupos musicais com usuários dos serviços de saúde mental da cidade do Rio de Janeiro. As seguintes questões norteiam a pesquisa: a) qual é a relação entre tais grupos musicais e outros dispositivos grupais de tratamento, como a musicoterapia?; b) como lidam esses grupos com a inclusão social dos usuários dos serviços?; c) e como lidam com a renda gerada pelos CDs gravados e pelos *shows*?; d) que efeitos produz a visibilidade dos grupos nas mídias televisiva, impressa e outras? A pesquisa de campo foi realizada com o referencial da teoria ator-rede e se centrou em dois grupos musicais: o *Sistema Nervoso Alterado* e o *Harmonia Enlouquece*. As conclusões indicam que a emergência de tais grupos musicais está associada ao cenário da Reforma Psiquiátrica e que as suas práticas podem problematizar e contrariar o estigma da loucura.

Palavras-chave: Brasil; integração social; musicoterapia; reforma psiquiátrica; saúde mental; teoria ator-rede; terapia da música.

Introdução

O campo da saúde mental na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, conta, atualmente, com vários serviços. Existem: Centros de Atenção Psicossocial para adultos (CAPS), para crianças (CAPSi) e para dependentes químicos de álcool e outras drogas (CAPSad). Os CAPS que se localizam ainda dentro de algum hospital psiquiátrico são chamados de Hospital Dia. Existem também serviços ambulatoriais e leitos de curta permanência para casos de

* Este artigo foi baseado em investigação de doutoramento (em curso) realizado na Universidade Federal Fluminense (Brasil), com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais. Esta pesquisa conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (www.capes.gov.br).

urgência psiquiátrica. Os serviços de residências terapêuticas¹ foram recentemente criados para facilitar a reinserção social de usuários com muitos anos de internamento. Em quase todos estes serviços e unidades realizam-se várias atividades, oficinas terapêuticas diversas e algumas ações que geram renda para os usuários dos serviços. Nessas atividades e ações, incluem-se as práticas musicoterápicas. Estas possibilidades de tratamento balizam-se por um modelo que visa substituir os manicômios por práticas não asilares, um dos pressupostos da Reforma Psiquiátrica.²

No Brasil, e no Rio de Janeiro de modo mais específico, a Reforma Psiquiátrica tem priorizado os dispositivos grupais de tratamento, bem como outros espaços e dispositivos que coloquem em cena as interações entre os usuários, a comunidade, os profissionais e a população. Inspirada no referencial italiano, a Reforma Psiquiátrica no Brasil aposta em tais estratégias coletivas de ação e tratamento como um caminho para reverter o quadro de isolamento histórico a que foram submetidas as pessoas com sofrimento psíquico. Além disso, um referencial importante deste movimento é o de implementar práticas de cuidado que fortaleçam e viabilizem a inclusão social e a participação dos usuários como agentes em seus tratamentos.

A Reforma Psiquiátrica iniciou-se no Brasil com um movimento de trabalhadores em saúde mental em 1978-1980 (Amarante, 1995: 57). Os programas brasileiros de saúde mental incluem, desde a década de 1980, além dos atendimentos individuais, atendimentos grupais, oficinas terapêuticas e outras formas que participam no movimento de desconstrução do modelo manicomial. Atuam na perspectiva de reinserção psicossocial. Procuram reinserir o usuário na sociedade – desconstruir e, substituir os manicômios, para então acabar com eles. Antes desta reforma, e ainda posteriormente, as contenções físicas e químicas eram, e são, recursos utilizados com base em critérios muito questionáveis. As camisas de força, a eletroconvulsoterapia, e outras técnicas utilizadas, sufocavam as vozes e os devires dos pacientes.

Com a Reforma Psiquiátrica, os pacientes passaram a ser chamados de usuários de serviços de saúde mental. Este movimento repercutia e repercutiu ainda os ecos do movimento na Itália, lugar onde a Reforma teve início e se desenvolveu, ao ponto de se prescindir totalmente do manicômio como

¹ São iniciativas ou programas que proporcionam moradias para os usuários de serviços de saúde mental que estiveram em períodos longos de internamento em hospitais psiquiátricos. As residências terapêuticas oferecem assistência à saúde integral e intervenções terapêuticas que visam reorganizar as atividades da vida diária.

² Movimento iniciado na Itália que preconiza um atendimento ao usuário de serviços de saúde mental sem violência e segregação.

dispositivo de tratamento em saúde mental (Amarante, 1995). No Brasil, o tratamento disciplinar e muitas vezes perverso dado aos usuários destes serviços, juntamente com as insatisfatórias condições de trabalho, fez com que os primeiros agentes codificadores desse novo paradigma fossem os profissionais dos serviços de saúde mental. Embrenhados nesta nova seara, e acreditando ser este movimento o novo veículo de libertação das clausuras manicomiais, eles puseram à prova a liberdade da desrazão. Não basta acabar com os manicômios, já se preconizava. Mas o que fazer com os ditos loucos e, além disso, o que fazer da loucura? Nem todos os ditos loucos são gênios das artes, nem todos sabem ou serão capazes de aprender a gerar renda.

O modelo substitutivo ao manicômio prevê CAPS, projetos de geração de renda, projetos moradia, e centros de convivência. Estes serviços foram criados para a reinserção psicossocial do “louco”, pretendendo promover misturas, encontros e ultrapassar as barreiras do preconceito, que ainda existe, em relação ao usuário de serviços de saúde mental. Esta complexa rede substitutiva do modelo asilar se constituiria então em um novo modelo? Os livros, textos e periódicos são escritos pelos que estudam a loucura. Mas o discurso do dito “louco”, seus enunciados, são, muitas vezes, psicopatologicamente demarcados.

A loucura, que no século XVIII pretendia ser disciplinada (Amarante, 1995: 26), foi submetida, no século XIX, ao olhar científico, que a transformou “em objeto de conhecimento: a doença mental” (*ibidem*: 24). Três séculos depois, ainda produzimos a crença de que pode ser curada. Os vestígios de que acreditamos na sua cura estão presentes em vários discursos sobre saúde mental. No cotidiano das práticas neste campo, as relações de poder se instauraram ora sobre o manicômio moderno, ora sobre as reformas. No Brasil, e em outras partes do mundo, a dissolução do hospício está em discussão e em ação.

Mas não nos enganemos. Em algumas situações, o hospício retorna nos ditos *CAPScômios*: o CAPS com funcionamentos manicomiais. O manicômio se reedita através da persistência dos estigmas, das dicotomias que separam a loucura da razão, o usuário do profissional e tantas outras que se insinuam nas mais diversas práticas no âmbito da reforma psiquiátrica. Mas há escapes, rupturas, linhas de fuga. Elas existem e indicam que a rede da reforma psiquiátrica não é fechada, que ela pode seguir rizomaticamente, que ela não cessa de se criar e diferir. O convívio que temos estabelecido no campo da saúde mental no Brasil traz um olhar e um dizer da experimentação que pode mobilizar as práticas no sentido de repensar nossos dizeres sobre a loucura, sobre os métodos, as técnicas e as teorias dos quais nos acercamos para lidar com essas diferenças.

É relevante sublinhar que a proliferação dos grupos musicais com usuários dos serviços de saúde mental é contemporânea à implementação da Reforma Psiquiátrica no Brasil. No ano de 2009, tal questão foi amplamente debatida na mídia brasileira em função da exibição da novela “Caminho das Índias”,³ que mostrava em rede aberta de televisão e em horário nobre, uma série de atividades artísticas com usuários de serviços de saúde mental, em especial, grupos musicais. A novela articulava dois movimentos importantes: de um lado, a Reforma Psiquiátrica e as práticas antimanicomiais, de outro lado, os grupos musicais formados por pessoas que em outros tempos estariam recolhidas nos asilos psiquiátricos. É este segundo movimento que nos interessa pesquisar.

Em 1996, um grupo musical ganhou destaque no campo da saúde mental, o dos *Cancioneiros do IPUB*, grupo organizado no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este grupo gravou CD, lançou *songbook* (Vidal *et al.*, 1998) e desde então faz muitas apresentações públicas e *shows*. Neste período, outros grupos musicais apareceram no cenário da saúde mental. Em 1997, formou-se o grupo musical *Mágicos do Som*,⁴ no CAPS *Usina de Sonhos*, na cidade de Volta Redonda (RJ). Este grupo também lançou CD, fez vídeo-clipe e ainda se apresenta em público. Neste mesmo cenário, em 2001, no Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ) surgiu o grupo *Harmonia Enlouquece* (HE), que se constitui como o grupo musical de grande repercussão e visibilidade neste campo. Todos estes grupos são compostos prioritariamente por usuários de serviços de saúde mental e profissionais. O grupo *Harmonia Enlouquece* já fez apresentações em vários estados do Brasil e atuou em casas de espetáculo de grande porte.

O *Sistema Nervoso Alterado* (SNA) do Espaço Aberto ao Tempo (EAT)⁵ e o coral *Musicalidade Brincante*, ambos do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS/RJ), também fazem apresentações musicais. Há ainda os blocos carnavalescos *Loucura Suburbana* (do IMNS), que desfilou a primeira vez há 10 anos, e o bloco *Tá Pirando, Pirado, Pirou*, do Instituto Philippe Pinel (HPP). Ambos desfilam nas ruas próximas aos serviços e já mobilizam centenas de pessoas na época do carnaval.

Neste artigo circunscrevemos o nosso campo de pesquisa dois grupos musicais: o *Sistema Nervoso Alterado* e o *Harmonia Enlouquece*.⁶ Os objetivos

³ “Caminho das Índias”; novela de Glória Perez, exibida pela TV Globo no horário de 21h em 2009.

⁴ Raquel Siqueira-Silva (2007) aborda a formação e o modo de funcionamento coletivo deste grupo musical.

⁵ EAT, nome dado ao hospital de dia com funcionamento de CAPS onde ensaiam e se tratam os componentes do SNA.

⁶ A pesquisa de campo ocorreu entre os anos de 2009 e 2010. Foram realizadas observações dos *shows* e ensaios dos grupos, bem como entrevistas semiestruturadas com os profissionais envolvidos

da investigação que realizamos foram: analisar as relações entre tais grupos musicais e os dispositivos grupais de tratamento, em especial, os grupos terapêuticos de musicoterapia; discutir alguns sentidos da expressão “inclusão social”, quando articulada à formação dos grupos musicais com os usuários dos serviços de saúde mental pesquisados; entender de que modo a visibilidade que estes grupos musicais ganharam na mídia e no cenário da saúde mental, articularam-se com as suas práticas cotidianas de ensaio e de tratamento psíquico, aí incluídos também os modos como os integrantes dos grupos lidam com a renda gerada por suas atividades musicais.

A fim de dar conta destes objetivos, organizamos o presente artigo em quatro seções, além da introdução. Faremos inicialmente algumas considerações metodológicas, indicando as diretrizes de método que orientaram nossa investigação, em especial nas relações com o campo de pesquisa. O referencial que compõe o método é o da teoria ator-rede, no âmbito da qual fazemos um recorte a fim de explicitar o que nos serviu como ferramentas de ação no campo de pesquisa. Em seguida, apresentamos um episódio observado num dos ensaios de um dos grupos pesquisados. Neste episódio, um usuário, que chamamos de cantor de rock, associado a uma série de outros *actantes*,⁷ inaugura a possibilidade de discutirmos os sentidos da expressão “inclusão social”, bem como de estabelecermos importantes distinções entre os grupos musicais com usuários de serviços de saúde mental e as práticas musicoterápicas de tratamento do sofrimento psíquico. Dois outros pontos são discutidos a partir do encontro com o campo de pesquisa: a visibilidade que tais grupos conquistaram nas mídias e a geração de renda advinda de suas atividades musicais. Para abordar tais pontos, apresentamos trechos das entrevistas que realizamos com os profissionais que atuam com os grupos musicais *Sistema Nervoso Alterado* e *Harmonia Enlouquece*. Por fim, na conclusão, indicamos que a Reforma Psiquiátrica no Brasil é um

com este trabalho. As observações realizadas foram registradas em notas no diário de campo. No Brasil, a ética de pesquisa com seres humanos segue legislação estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão integrado à estrutura básica do Ministério da Saúde. Com relação a tais aspectos éticos, esta pesquisa teve por base a legislação vigente no Brasil (Resolução 196, do CNS, de 1996) e foi aprovada por dois comitês de ética em pesquisa: o do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro e o do Instituto Municipal Nise da Silveira. Assim sendo, com base no que reza na Resolução 196 do CNS e nos pareceres de aprovação da pesquisa emitidos pelos referidos comitês de ética, os nomes dos profissionais entrevistados foram explicitados com a anuência deles, manifesta através de documento escrito enviado às pesquisadoras. Já os nomes dos usuários dos serviços de saúde mental são fictícios.

⁷ Moraes (1998b: 51) sublinha que, numa entrevista concedida em 1993, Latour (2008) prefere utilizar a palavra *actantes* no lugar de atores para despir tal noção de seu cunho personalístico, subjetivista. *Actantes* são coisas, pessoas, instituições que têm agência, isto é, produzem efeitos no mundo e sobre ele. Note-se que a palavra *actante* foi “emprestada” pela semiótica, na versão de A. J. Greimas.

processo que está em andamento e que tem a força de colocar em xeque o poder manicomial, redesenhando as condições sociais da loucura.

1. A teoria ator-rede e a inspiração etnográfica: sobre o método da pesquisa

A abordagem metodológica proposta é inspirada na teoria do ator-rede (TAR). Ela implica acompanhar os processos através dos quais se fazem e desfazem conexões entre entidades que incluem atores humanos e entidades não-humanas. É através dessas conexões que a ação se torna possível e que são definidos tanto a direção como os resultados dessa ação, em particular a estabilização (ou não) das conexões. Seguir os *actantes* em ação aparece, assim, como um dos principais objetivos metodológicos da TAR.

A abordagem ator-rede se apresenta com um espírito radical, porque ela não apenas apaga as divisões analíticas entre agenciamento e estrutura, e entre o macro e o micro social, mas ela também propõe tratar diferentes materiais – pessoas, máquinas, “idéias” e tudo o mais – como efeitos interativos e não como causas primitivas. A abordagem ator-rede é assim uma teoria do agenciamento, uma teoria do conhecimento, e uma teoria sobre máquinas. (Law, 1989: 16)

Seguindo as pistas apontadas por Law (1989), na pesquisa que realizamos buscamos rastrear as conexões entre humanos e não-humanos em diversos momentos de encontros com os grupos *Harmonia Enlouquece* e *Sistema Nervoso Alterado*. Usuários, trabalhadores de saúde mental, instrumentos musicais, luzes, palco, composições, CDs, dinheiro... – *actantes* que se agenciam para produzir e fazer existir os grupos musicais em questão.

O argumento é que pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro – todos atributos que nós normalmente atribuímos aos seres humanos, são produzidos em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede. (Law, 1989: 8)

Desse modo, no enfoque da TAR um actante é um ator-rede, isto é, um actante é tudo o que age e produz efeitos num certo campo. Mas tal ação, longe de ser produzida por um ente isolado, por um elemento que seria a única origem da ação, é, ela também, uma rede, um emaranhado de conexões e de agenciamentos. Daí que uma rede

não remete a nenhuma entidade fixa, mas a fluxos, circulações, alianças, movimentos. A noção de rede de atores não é redutível a um ator sozinho nem a uma rede. Ela é composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados,

agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que exclui qualquer componente não-humano. Por outro lado, a rede também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades das quais ela é composta, sejam elas naturais, sejam sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos elementos para a rede. Neste sentido, uma rede de atores é simultaneamente um ator cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede que é capaz de redefinir e transformar seus componentes. (Moraes, 1998a: 49)

O pesquisador, ao entrar em campo, segue os *actantes* em ação, segue os rastros das ações que tais *actantes* produzem. Há que se destacar que a entrada em campo não parte de um ponto privilegiado de observação ou de análise. Isso porque uma rede tem, como Latour sublinha, múltiplas entradas possíveis. O pesquisador, deve, segundo Latour, “[...] estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não-humanas e de propriedades humanas” (1994: 95).

Para a TAR não há uma natureza ou tecnologia ou fenômeno natural separados de uma sociedade. É no engendramento das conexões que se forma o que chamamos de social, daí que este não deva ser tomado como uma unidade: “a teoria ator-rede assume que a estrutura social não é um nome, mas um verbo” (Law, 1992: 8). A sociedade é tomada como um efeito relacional, não como algo já dado. Latour (2008) problematiza qualquer ideia pré-concebida de social. Não há previamente uma natureza separada de um social homogêneo. Isto é,

nenhuma versão da ordem social, nenhuma organização, nenhum agente chega a se tornar completo, autônomo, final [...] não há uma coisa tal como “a ordem social”, com um único centro, ou um conjunto único de relações estáveis. Ao contrário, há ordens, no plural. E, obviamente, há resistências. (Law, 1992: 8)

Assim, sob a inspiração da TAR, entendemos que cabe a nós, pesquisadores, seguir os rastros dos efeitos produzidos pelas conexões entre humanos e não-humanos. Para isto as ferramentas (ingredientes) teóricas balizarão o espaço intelectual em que se move o pesquisador e a descrição/narrativa dos fatos o levará à coleta de dados. Esta expressão, “coleta de dados”, dá a impressão de que estamos nos referindo a retirar do campo o material de pesquisa. Mas pensemos: o que é retirado não é exatamente extraído; é uma negociação que abarca também o pesquisador. “O pesquisador é,

antes de tudo, um fabricante de fatos: mobiliza partes da realidade para transportá-la, combiná-la e recombiná-la nos centros onde se acumulam as informações” (Melo, 2006: 84).

É interessante considerar que seguir os *actantes* em ação é, sem dúvida, uma aposta pragmática, no sentido de que o que está em primeiro plano são as práticas, os locais onde tais conexões são feitas, articuladas. Mol sublinha com precisão este ponto quando afirma que:

Se as práticas são colocadas no primeiro plano não há mais um simples objeto passivo no meio, esperando ser visto do ponto de vista de séries intermináveis de perspectivas. Ao contrário, os objetos existem – e desaparecem – com as práticas através das quais eles são manejados. E desde que o manejo tende a diferir de uma prática a outra, a realidade se multiplica. [...] no modo filosófico no qual eu me engajo aqui, conhecimento não é uma questão de referência, mas de manejo. (Mol, 2002: 5)

Assim, tomando como inspiração as propostas da TAR, colocamos em primeiro plano de nossa pesquisa de campo as práticas dos grupos musicais estudados. Daí a necessidade de observarmos ensaios e *shows*. Orientamos a investigação a partir dos seguintes passos metodológicos:

- 1 – Seguir os atores em ação.
- 2 – Seguir a formação de grupos, sem preconceber de antemão o que conta ou não como integrantes deles. Latour refere-se aos grupos como algo em formação, afirmando que: “Não há grupos, só formação de grupos” (Latour, 2008: 47), e propõe que os efeitos desta formação sejam rastreados pelo pesquisador.
- 3 – Manter a incerteza inicial quanto às fontes das ações – seguir a ação com o ator-rede, entendendo que a ação é distribuída entre múltiplos *actantes*. Assim, deslocalizar a ação no sentido de não tomá-la a partir de um único ponto de origem, mas seguir as conexões que *fazem os actantes fazerem* coisas, seguir o que Latour (2008) chama de “o fazer-fazer”.
- 4 – Tomar os não-humanos como *actantes* no processo.
- 5 – Não tomar a realidade como dada, como questão de fato, mas como efeito das conexões.

A materialização desses passos foi “traduzida”, em termos do processo de pesquisa de campo, em três momentos:

- a) Observar os ensaios de dois grupos musicais: o HE e o SNA.
- b) Realizar entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam nesses grupos.
- c) Registrar em diários de campo nossas observações.

2. O cantor de rock

Havia um conhecimento prévio entre um dos pesquisadores e a população pesquisada. O lugar de musicoterapeuta, ocupado por uma de nós há muitos anos, conquistara conexões há tempos estabilizadas e usuários e profissionais compartilhavam convivências no campo. Os usuários inicialmente a reconheciam como a musicoterapeuta atuante que coordenou o grupo musical *Mágicos do Som*, um dos grupos deste movimento em saúde mental. Foi necessário agregar outras conexões para se estabilizar e/ou produzir o lugar de pesquisadora. Ao assistir a ensaios, inicialmente se explicava os objetivos da pesquisa e o desvio do lugar de musicoterapeuta para pesquisadora de forma a ratificar a necessidade que ali se colocava.

Ao observarmos o terceiro ensaio no grupo SNA, explicamos detalhes da pesquisa aos componentes do coletivo musical e oferecemos mais uma cópia do projeto da pesquisa. Não houve perguntas nem comentários. Pela primeira vez verificamos que o lugar de pesquisadora ali já estava definido. Enquanto um dos componentes regulava a aparelhagem, os outros componentes cantavam e tocavam ludicamente. Naquele momento de descontração surgiu um cantor de rock, um usuário do serviço que frequenta os ensaios cantando em inglês bem articulado. Alguns o acompanhavam com instrumentos e ele seguiu na sequência de *rock* até que toda a aparelhagem fosse regulada. Ao final, todos aplaudiram o roqueiro quando ele entregou o microfone para a vocalista do grupo.

Na sequência do ensaio, o cantor de *rock* pegou de novo o microfone: o grupo já não lhe dava mais atenção. As pessoas falavam de outros assuntos. Um dos cantores “oficiais” do SNA pegou o microfone da mão do roqueiro. Durante o intervalo, este voltou a cantar e um outro usuário-cantor lhe disse: “– Filho, não se empolga não”, fazendo um gesto com a mão para que ele parasse de cantar. O roqueiro, que estava de pé, sentou-se e calou-se. O psicólogo, que no grupo era também guitarrista, explicou ao roqueiro que eles tinham que ensaiar o repertório. O cantor de *rock* não tinha espaço naquele cenário, foi colocado para fora pelos próprios colegas em função da necessidade que eles tinham de ensaiar o repertório. Não tinha, portanto, lugar como cantor oficial do grupo, era, neste momento, apenas *um usuário de um serviço de saúde mental*.

Tal conexão – cantor de *rock*/microfone/grupo musical – não se estabilizou naquele ensaio. Haveria então estranhos entre estranhos, estrangeiros em sua própria pátria. Por que as conexões de inserção como cantor não se estabilizaram para o cantor de *rock*? Apesar de o grupo cantar e tocar *rock*, neste ensaio ele não ocupou o lugar de cantor por muito tempo. Havia outras conexões que estavam mais estabilizadas do que as que o engendrariam naquela rede como cantor.

É interessante notar que a situação do cantor de *rock* coloca em cena uma distinção que merece nossa análise: as diferenças existentes entre práticas musicoterápicas e grupos musicais com usuários de serviços de saúde mental. Raquel Siqueira-Silva (2007) discute tais diferenças e aponta que as práticas musicoterápicas têm, primordialmente, objetivos terapêuticos. Desse modo, no que concerne a estas práticas, não há nenhuma preocupação com a estética musical. Portanto, nos grupos musicoterápicos tradicionais, o “cantor de *rock*” prontamente teria sua voz e seu som acolhidos. A preocupação com a estética musical é um vetor que marca a formação dos grupos musicais com usuários de serviços de saúde mental e que produz efeitos distintos daqueles presentes nas práticas musicoterápicas, onde tal vetor não se faz pertinente. Perguntamo-nos se a inserção social do cantor de rock também não se faria a partir da aceitação, pelo grupo, da sua musicalidade. Dito de outro modo, a musicalidade do cantor de rock seria também um vetor que, uma vez acolhido, poderia atuar na direção da chamada inserção social. No entanto, o que houve foi uma conexão entre a preocupação com a estética musical e a estabilização de um lugar instituído no coletivo: o lugar do cantor.

Se seguimos a discussão inclusão/exclusão no campo da saúde mental, torna-se problemática a importância que a estética musical assume na ação dos grupos musicais formados por usuários dos serviços. Podemos supor que, atrelada à repercussão que tais grupos musicais ganham nas mídias (televisiva, impressa ou outras), a questão da estética musical acaba por produzir uma inclusão em certos padrões pré-definidos: aqueles que tornam esteticamente aceitável a música executada pelo grupo.

Considerando esta polêmica no cenário da Reforma Psiquiátrica, podemos dizer que a proposta de inclusão social das pessoas que usam os serviços de saúde mental está vinculada à necessidade de que se criem espaços sociais de convivência com as diferenças. Por este viés, parece-nos que a questão da estética musical está na contramão da política da Reforma Psiquiátrica, já que, como dissemos, pode atuar produzindo exclusões. O que ressaltamos é que o desafio de tais grupos é conectar as exigências da estética musical com os ideais que norteiam a Reforma Psiquiátrica, especificamente no que toca ao tema que estamos colocando em debate.

O que pudemos observar em nosso trabalho de campo, foi que, no seio mesmo do grupo, um usuário marcou o lugar da diferença e agiu no sentido de excluir do grupo o cantor de *rock*. A este episódio, seguiu-se uma explicação do psicólogo que é também membro do grupo. Ele dizia que, naquele momento, seria priorizado o repertório a ser ensaiado e que havia sido previamente escolhido pelo grupo. Sem dúvida, tal evento poderia

ocorrer em qualquer grupo musical: há que se cuidar para que a apresentação pública do grupo seja coerente, organizada, bonita. O lugar do cantor de *rock* teria que ser conquistado em outro momento, já que o que estava em jogo não era uma prática musicoterápica, mas sim um ensaio de um grupo musical, uma banda, cujos membros eram usuários de serviços de saúde mental. Assim, ainda que naquele cenário estivessem presentes profissionais e usuários, e ainda que um usuário manifestasse explicitamente o desejo de cantar, o microfone não estava acessível a ele. Por esta via, ao mesmo tempo em que a preocupação com a estética musical insere os grupos musicais no *show business*, ela também pode funcionar como um vetor de exclusão.

Tempos depois deste ensaio, entrevistamos Guilherme Milagres, um músico profissional do grupo SNA. Ele nos disse que na semana anterior o cantor de *rock* tinha feito sua estreia numa apresentação do SNA ao público, na qual demonstrou seu estilo e sua voz. Por este motivo foi, enfim, incluído na apresentação. Isto indicou que o coletivo possuía mobilidade suficiente para que instabilidades pudessem se configurar em conexões estáveis e visíveis. A estabilização visível ocorreu neste modo de produzir som e o usuário, que não encontrava espaço para se expressar musicalmente, conquistou-o e conseguiu fazer parte da apresentação do SNA. Consideramos aqui uma inclusão, embora saibamos que as estabilizações não são atemporais nem permanentes. Micropoliticamente identificamos um processo de inclusão em campo; não totalizante, homogêneo ou generalizado. Produzido de entre as possibilidades engendradas pelas conexões imediatas. “O plano na lógica micropolítica, nada tem a ver com a transcendência: ele se faz ao mesmo tempo que seu processo de composição. Ele é mais como os sons do que como as cores” (Rolnik, 1989: 63).

Ao rastearmos as conexões produzidas neste campo tornou-se claro que inclusão/exclusão não são categorias estanques, dadas. Em nosso modo de pesquisar o tema, o que pareceu relevante é que existem conexões parciais que modulam exclusão e inclusão, num contínuo de variação, no qual ora se está mais próximo de um ponto, ora de outro. É por isso que concordamos com Deleuze e Guattari quando afirmam que “tudo é político mas toda política é ao mesmo tempo macro e micropolítica” (Deleuze e Guattari *apud* Neves, 2002: 46).

Não se trata de homogeneizar a noção de social, como já referimos, nem de pensar que não existe exclusão nos processos segregativos. No ensaio, o cantor de *rock* foi excluído por outro usuário e posteriormente pôde ser acolhido no grupo na posição que pleiteava. A reabilitação psicossocial, re-inserção social, ou simplesmente inserção social como jargões da Reforma Psiquiátrica encontram aqui uma consonância micropolítica.

3. Visibilidade e geração de renda: observações do campo e fragmentos das entrevistas

Observando os ensaios, percebemos que a convivência é o que potencializa a ação e não os efeitos do sucesso, da visibilidade ou da geração de renda.⁸ Por que pensamos em entrar em campo com questões relativas à visibilidade e geração de renda? Porque não sabíamos a conotação dada pelos participantes a esta situação midiática. A relevância na escolha das questões aconteceu também por estas serem inéditas na história da saúde mental e na vida dos participantes. Mas, para os participantes, o que importava? A resposta mais imediata do campo foi o prazer de fazer o que estavam fazendo, independente do sucesso que teriam com o feito. Nos ensaios, tanto profissionais quanto usuários falaram que gostavam dos *shows*, mas muitos se referiram também ao prazer dos encontros; cantar, tocar, estar ali, convivendo. Conversando verbal e musicalmente.

Embora já estivéssemos familiarizadas com o campo,⁹ não sabíamos como os grupos lidavam com as questões de geração de renda e visibilidade. As referências a estas questões apareceram nas entrevistas com os profissionais e nos comentários durante os ensaios e *shows*. Para problematizarmos este tema, destacamos da descrição das entrevistas, ensaios e *shows* algumas citações referentes à visibilidade e à geração de renda. Nas entrevistas com os profissionais, uma pergunta especificamente balizou estas questões: como os profissionais veem os efeitos da visibilidade e da geração de renda para os usuários de serviços de saúde mental?

3.1. Das entrevistas com os profissionais: a visibilidade

Segundo profissionais do grupo SNA,

– ... o coletivo foi criado com dois polos: oficinas de criação; teriam que ser fortes ao ponto de ir reunindo o que se produzia e apresentarmos à sociedade. Se esse percurso desse renda ou uma visibilidade cultural tanto melhor [...] É uma sociedade midiática. Quando faz um bom show é menos visível que quando aparece na TV. [Pergunto se eles apareceram na novela Caminho das Índias]: Na novela não fomos convidados. Houve TV Brasil, TV de São Paulo etc. Temos um pacto no grupo para nos focar na questão do prazer do trabalho [...] digo também que a saúde mental não é preparada para criar mecanismos financeiros de manutenção dos grupos. Eles vão ganhando estrutura quando recebem algum dinheiro da sociedade civil. O que é

⁸ Cabe ressaltar que estas questões também apareceram no nosso percurso de intervenção e de pesquisa anteriores, com o grupo musical *Mágicos do Som* (Siqueira-Silva, 2007: 68).

⁹ Cf. trabalhos anteriores: Siqueira-Silva (2007), Siqueira-Silva e Moraes (2007).

muito irregular [...]. Faltam instrumentos musicais, aparelhamento técnico [pergunta: aqui no grupo tem, né? [Ele responde:] Por conta do projeto “Loucos por Música”¹⁰ que não é da área de saúde mental. A visibilidade: isso é, faz parte da alegria do projeto. É inerente a todo artista. (Lula Wanderley, do SNA, entrevista em 03.05.2010)

Lula Wanderley faz um comentário que aborda ambas as questões da visibilidade e da geração de renda, e coloca o profissional e o usuário na mesma condição de artista. Esta é uma conexão bem interessante, porque dissolve dicotomias dispensáveis à saúde mental, como as cisões entre usuários e profissionais. Ele também releva a importância do investimento advindo da área da saúde mental a estas iniciativas musicais. Identificamos que a renda vem através de uma visibilidade e investimento de outras áreas, nomeadamente da área cultural e da sociedade civil, como ele disse. Lula Wanderley ainda agrega alegria à visibilidade, indicando a alegria como condição de todo artista. É interessante que o entrevistado indique outras conexões para o tema da visibilidade, delimitando-o não no âmbito da exposição na mídia, mas no campo do afeto que move os artistas.

Outro profissional entrevistado comenta:

– Fica individual, para cada um. Tem pacientes que adoram esta coisa de visibilidade. Para o cantor é estar no palco tocando, mais do que cantando. Para ele o importante é estar no palco. Para mim é muito gratificante, minha vaidade é enaltecida totalmente quando eu vejo uma ideia se materializando em cena. (Daniel Souza, SNA, entrevista em 21.05.2010)

Este profissional também manifesta satisfação em realizar seu trabalho como participante do coletivo. Isto indica o lugar de músico/artista sendo compartilhado. Um efeito não só vivenciado pelos usuários como tratamento terapêutico, mas também uma satisfação de artista, um outro lugar.

Sidney Dantas, multi-instrumentista do HE, com o qual realizamos também entrevistas, estranhou a pergunta e acrescentou:

– Como assim? O artista gosta de ser conhecido. Sujeitos que nunca tiveram oportunidades, foram colocados na mídia. Chega psicanalista na hora do almoço e diz: nós temos que ver os efeitos disso nos pacientes. A nossa real vontade e nossa razão de ser está aqui, o resto é consequência. [Essa entrevista foi feita no auditório após

¹⁰ Projeto artístico-cultural que reúne músicos famosos com grupos musicais e artistas plásticos da área de saúde mental, apresentando-se em grandes casas de *shows*. Mais informações em: <http://www.loucospormusica.com.br>

o ensaio] [...] É claro, o cantor adora aparecer, gosta de dar autógrafos. Se tiver sucesso, ótimo. Se não, tá tranquilo... a gente não vive buscando isso, nosso objetivo é fazer música. O que vem depois disso é consequência. Eles só estão porque gostam de subir no palco, dar entrevista e gostam de tocar. (Sidney Dantas, HE, entrevista em 16.11.2009)

Este profissional, que exerce a função de diretor musical do grupo, põe em xeque o modo como os usuários podem ser conotados institucionalmente em saúde mental. Muitas vezes os profissionais se colocam na posição de dar sentido ao que fazem os usuários, ocupando um *pseudo* lugar terapêutico. Todo músico teria que ser “terapeutizado” para exercer sua função? Talvez possamos dizer que este é um mecanismo de captura do sentido que caberia ao próprio usuário dar ao seu fazer musical, o que, de algum modo, caracteriza-se como um exercício de poder manicomial sobre o usuário. Não seria mais pertinente à Reforma Psiquiátrica afirmar que cabe a este último dar o sentido que lhe convier ao seu trabalho musical?

Sidney Dantas ainda confirma haver uma satisfação na visibilidade, mas que existem outras conexões com o prazer de fazer música. Um dos efeitos seria o sucesso, mas este não seria o objetivo. Ele ratifica o lugar do músico e sua razão de atuar: fazer música. A saída do lugar de paciente para o lugar de músico é uma passagem muito salutar. Em pesquisa anterior, problematizamos este tema discutindo a experimentação do grupo *Mágicos do Som*, que “buscou sair do lugar instituído da loucura. Luta contra estigmas sociais vivenciados por usuários de serviços de saúde mental. Deslocamento do lugar de louco para o de músico” (Siqueira-Silva, 2007: 11).

Outro trecho de entrevista exemplifica situações recorrentes para quem atua na área e que poderiam surpreender quem não tem essa proximidade: “- Lidam com isso [visibilidade] melhor do que a gente, porque eles não têm preocupação de errar. No Canecão,¹¹ a primeira vez os profissionais estavam nervosos e eles calmos” (Telma Rangel, HE, 08.03.2010).

No relato abaixo, Francisco Sayão exprime dificuldades acerca da visibilidade e as conexões com o lugar instituído da loucura:

– Alguns não aguentaram a exposição. Aconteceu de usuário ficar chorando até a hora do palco. Tem gente que não quer ser reconhecido como maluco. Chamei músico para entrar no meu lugar, mas ele não suporta aparecer como maluco para os outros. Uma flautista quer ser vista como profissional. Ela dava entrevista dizendo que estava só

¹¹ Canecão era uma famosa casa de *shows* situada na cidade do Rio de Janeiro. Foi palco de grandes espetáculos musicais conduzidos por músicos consagrados no cenário brasileiro e internacional.

colaborando [...] Que bom que teve a novela [Caminho das Índias] [...] No Loucos por Música, nas 12 edições, eles [o HE] cantaram em todas as edições, a partir de 2007 outros grupos participaram.... (08.03.2010)

A preocupação com o lugar do “louco” também surgiu no relato de outra profissional entrevistada, cuja família se queixou de que, na TV, não a diferenciaram dos usuários dos serviços. Fato semelhante ocorreu com o grupo *Mágicos do Som*, quando foi publicada uma reportagem em jornal impresso referindo-se aos componentes do grupo como sendo “psicóticos adultos”. Em função do uso desta expressão e de seu caráter estigmatizado e homogeneizador, uma cantora e um instrumentista do grupo desistiram de participar dos trabalhos que eram realizados (Siqueira-Silva, 2007: 69). Em se tratando de conexões com dispositivos midiáticos há sempre o risco de estigmas serem amplificados ou enfraquecidos. Isso depende da conotação dada pela reportagem. No relato de Francisco, uma pessoa queria ser vista como profissional e omitia o fato de ser usuária. Ela preferia o lugar de profissional. Localizamos a dissonância no estigma relacionado ao usuário de saúde mental, o preconceito vivenciado por esta condição. Participar destes grupos conecta ao estigma tanto o profissional de saúde mental quanto o usuário, posto que ambos frequentemente não aparecem identificados durante as exposições nas mídias. Esta não diferenciação *a priori* de quem seria um ou outro foi algo pleiteado pela Reforma Psiquiátrica. O objetivo era que o usuário estivesse tão preservado dos danos manicomialistas que pudesse conviver socialmente sem sofrer o preconceito atrelado à sua condição.

3.2. Quanto à geração de renda

Alguns profissionais entrevistados, quando mencionam a renda gerada pelas apresentações dos grupos musicais com usuários, mencionam também a questão do estigma e a importância de que tais lugares instituídos sejam problematizados, deslocados.

Queremos transformar o Marcio e Yago¹² [usuários] como monitores. Eles podem ter ajuda de custo. Leonardo [usuário ao fundo da sala] pergunta: – Isso pode ter lanche nesta monitoria? [...] O trabalho gerou vários convites. O Loucos por Música deu uns [falou o valor] por duas apresentações. A gente investiu para a compra de instrumentos musicais. [Pergunto se eles ganharam dinheiro]: Uma parte da verba dá ajuda de custo e aos músicos convidados dá um pro labore. [Guilherme fala que

¹² Os nomes de usuários citados são fictícios, somente os dos profissionais foram mantidos conforme autorização. Sobre a aprovação da pesquisa nos comitês de ética ver nota 6.

nunca ganhou dinheiro diretamente deste trabalho]. – Mas acho que todos deveriam ganhar por este trabalho. [...] Tipo ser um *AfroReggae*¹³ da loucura. [...] Recebemos um prêmio do Ministério da Cultura chamado ‘Loucos pela Diversidade’: só falta vir o dinheiro. Vamos fazer CD e DVD porque o *show* é visual. (Guilherme Milagres, SNA, entrevista em 30.04.2010)

Neste comentário, destacamos a perspectiva de gerar renda através da prática de ensino: usuários mais capacitados ensinam outros, iniciantes. Esta possibilidade viabiliza a conexão do usuário ao lugar de trabalhador, mas o diferencial é que isto seria em função do aprendizado desta experimentação. Um efeito deste trabalho. Uma produção derivando do grupo musical. Guilherme Milagres também fala dos investimentos em instrumentos musicais que o grupo SNA fez com a renda de *shows*. Algo nos surpreendeu: os músicos convidados recebiam um *pro labore*. Isto seria uma participação especial? Neste efeito rastreamos que houve uma diferenciação do músico pertencente ao grupo SNA e o de fora que ganha de outro lugar. Em qualquer grupo musical profissional, os músicos convidados recebem pelo trabalho, a menos que cordialmente cedam o cachê. Mas nosso entrevistado aponta que há uma ajuda de custo para os participantes diretos. Não aprofundamos a resposta quanto ao valor, quem receberia mais pela participação, se o músico/usuário vinculado ao grupo ou o convidado. Guilherme Milagres acrescenta que todos deveriam receber pelo trabalho. Identificamos aí uma segregação dentro de outra segregação ou simplesmente uma relação comercial em que as tarefas foram discriminadas e valoradas diferencialmente? Não temos esta resposta por ora. Guilherme Milagres também fala do atraso na premiação, mas antecipa o objetivo de gravar CD e DVD. Uma renda previamente endereçada.

Outro entrevistado comenta esta conexão:

– Uma das lutas é profissionalizar e gerar renda. Isso dá dignidade para qualquer um. Fazer algo que você gosta. Isso é um trabalho [...] Como vai tocar se não tem instrumento? A direção não achava importante comprar instrumento [...]. Para o SNA seria importante que fosse profissionalizante, gerasse renda [...] O objetivo é viver da arte que a gente produz. (Daniel Souza, SNA, entrevista em 21.05.2010)

¹³ “Fundado em 21 de janeiro de 1993, o Grupo Cultural AfroReggae foi criado para transformar a realidade de jovens moradores de favelas utilizando a educação, a arte e a cultura como instrumentos de inserção social”. Para mais informações acessar: <http://www.afroreggae.org.br/institucional/nossa-historia/> (trecho extraído deste site em 21.07.2010).

Daniel Souza ratifica a conexão entre profissão e renda e marca isto como prerrogativa do trabalho artístico. Ele cita o termo luta ao se referenciar a esta conexão. E também questiona a falta de suporte institucional em serviço de saúde mental, o que Lula Wanderley também apontou em sua entrevista. Identificamos o instrumento musical aqui como relevante materialidade que engendra socialidades. Para apresentação musical destes grupos é necessário instrumentos, aparelhagens e muitos outros materiais imprescindíveis a um bom *show*. Se o grupo se apresentar de modo precário isso pode reforçar estigmas conectados à incapacidade e à inadequação. Mas o que leva ou levou ao precário apoio institucional? Nem todas as conexões se tornam visíveis e/ou conseguimos rastrear os efeitos delas como gostaríamos. Mas observamos neste relato a insatisfação pelas dificuldades na aquisição de instrumentos musicais:

– O cara não tem nada e de repente pode comprar um ar condicionado, uma bolsa de compras. Ele é mais bem tratado pela família. Faz uma diferença enorme poder ter dinheiro. Ser reconhecido como pessoa capaz, porque esta imagem negativa dos transtornos mentais ainda persiste [...] Pô esse cara tá cantando e tocando, isso dá auto-estima para ele [...] fizemos CD com ajuda do CPRJ, pequenos cachês, nem todas as apresentações têm cachê. E conseguimos estúdio de graça. Faz-se cópias do primeiro CD até hoje. Foi feito na marra [...] Não tem como cobrar cachê, mas isto não é o que viabiliza a apresentação. Pede-se condução, lanche, estadia, passagens. (Sidney Dantas, HE, entrevista em 19.11.2009)

Na descrição acima, identificamos os benefícios trazidos por geração de renda e a referência a um apoio institucional direto que não ocorreu nos relatos do SNA. Percebemos que no HE articularam-se várias conexões para as aquisições de materialidades. Vários contatos, pessoas, negociações estiveram engendradas na produção do CD. Outras materialidades também entraram em cena agregando-se ao cachê e, por vezes, substituindo-o, como valor relativo. Sidney Dantas também fala da elevação da autoestima, um efeito terapêutico. O dinheiro entra como um dos *actantes* que mobilizam a rede com benefícios materiais e emocionais para os músicos participantes. Este é um exemplo de que as redes são capazes de agenciar efeitos não somente num segmento. Elas se propagam por contágio, promovendo conexões de que derivam outras, e assim se expandem. Algumas negociações prescindem até do dinheiro em espécie, como foi o caso de conseguir estúdio sem precisar pagar por isto. Sidney Dantas evidencia que as apresentações são feitas com ou sem cachê. É imprescindível a noção de que materialidades não são desconectadas de socialidades e de que o social não é um constructo homogêneo e separado de outras conexões. Sua fala

aponta estes engendramentos. A rede é constitutivamente heterogênea e é capaz de engendrar ar-condicionado & ser bem tratado pela família & auto-estima & capacidade & marra & contrariar estigmas & condução & lanche & outros tantos *actantes*.

O relato de Telma Rangel ratifica o de Sidney Dantas e reitera a negociação como parte da produção do HE. E lembra uma prerrogativa do grupo de não centralizar a produção:

– Eles [os usuários] gostam de ganhar [o dinheiro]. O HE tenta não focar na geração de renda. Não há um vínculo com a geração de renda. A maioria de nossas propostas é 0800 [gratuito]. Atualmente faz-se um ofício explicando os gastos e propondo um valor, mas negociável, se não tiver, o grupo faz do mesmo jeito. (Telma Rangel, HE, entrevista em 08.03.2010)

Apresentar-se mesmo sem gerar renda, sem retorno financeiro, marca uma conexão recorrente no discurso de alguns entrevistados. Francisco Sayão reforça esta ideia e a enfatiza utilizando o termo contrato como um rastro de materialidade, quando afirma: “É a primeira cláusula do contrato: estar junto. O grupo não tinha intenção de geração de renda” (Francisco, HE, entrevista em 03.08.2010).

Contudo, alguma renda é gerada nestes grupos. Isso está evidenciado nos relatos e é um dos efeitos destas conexões. A rede continua se expandindo, ramificando-se.

As produções advindas de trabalhos musicais ou musicoterápicos no cenário asilar, antes do surgimento destes grupos musicais, prescindiam da geração de renda. Os usuários ocupavam apenas o lugar de usuários, estavam estabilizadas as conexões de tal modo que não havia outra posição a ocupar. Como efeito das novas conexões abertas pela Reforma Psiquiátrica, a geração de renda entra no cenário do tratamento da saúde mental porque houve uma abertura do lugar de usuário de serviço de saúde mental para o lugar de músico. A práxis musical do grupo, de um modo ou de outro, acaba por ligar-se à necessidade de financiamento e o dinheiro é o que ratifica o lugar de músico. Por que um usuário ganharia dinheiro por estar em um grupo musical? Porque a condição de músico – e não de usuário – o vincula a esta possibilidade, tal como ocorre com qualquer músico que pretenda viver de sua arte. Abre-se aí uma fissura no estigma da loucura associado à incapacidade. Os grupos musicais compostos por membros que são usuários dos serviços de saúde mental produzem música conforme os códigos vigentes de estética musical e geram renda, tal qual qualquer grupo que não seja vinculado ao estigma da loucura.

Considerações finais

Na pesquisa que realizamos, muitas vezes, a visibilidade aconteceu como um efeito agradável, prazeroso, como uma coroa que serve a cabeça de um rei já nomeado. A geração de renda foi relatada como sendo um dos efeitos da ação dos grupos musicais, já que os grupos por nós pesquisados não tinham, inicialmente, objetivo de gerar renda. Isto aconteceu em decorrência da perspectiva de realização de *shows* e do reconhecimento público pelo trabalho realizado. A renda obtida pelos grupos serviu à compra de equipamentos musicais e isto gerou melhoria nas condições das apresentações. Este misto de humanos e não-humanos pôde compor uma qualidade musical considerada pelos entrevistados como muito boa. Os grupos pesquisados não seguiram um modelo de ação e nem pretendem se constituir como exemplos a serem seguidos.

Os grupos musicais que pesquisamos foram inspirados pelas políticas de cuidado da Reforma Psiquiátrica que apostaram na reinserção social dos usuários dos serviços de saúde mental. Historicamente poderíamos inferir que a formação dos grupos musicais foi um ato político de inserção social e um encontro importante capaz de agregar pessoas que, pelo asilamento das interações psiquiátricas, estariam separadas, segregadas de participações coletivas. Atuando em rede, diante das dificuldades e controvérsias, os integrantes de tais grupos compõem músicas com letras que falam de suas trajetórias, de seus conflitos, sofrimentos e sensações.¹⁴ E tudo isto com humor, ironia e críticas.

As narrativas e entrevistas nos apontam para algumas controvérsias. Há um movimento musical em saúde mental? A que servem os padrões de estética musical nas práticas musicoterápicas? A geração de renda e a visibilidade foram apenas alguns dos efeitos produzidos pelas práticas dos grupos musicais que pesquisamos. Entretanto, ao rastreamos em campo, observamos mudanças na vida quotidiana dos usuários de serviços de saúde mental. O que queremos aqui sublinhar é que o trabalho musical com estas pessoas produz interessantes efeitos na direção da re-significação da loucura: um deslocamento que se faz notar do lugar instituído do “louco, incapacitado” para o de músico, ou de um actante capaz de fazer música de qualidade, redigir e compor melodias e letras críticas, bem humoradas e irônicas que, em última instância, abrem novos caminhos e sentidos para a loucura. Os grupos que pesquisamos também nos indicam que a geração de renda, oriunda das atividades musicais, faz existir não o “louco” que canta ou toca um instrumento, mas antes, o trabalhador, o profissional, o músico

¹⁴ Para conhecer mais sobre o grupo *Harmonia Enlouquece* acesse: www.harmoniaenlouquece.com.br. Para assistir à apresentação do *Sistema Nervoso Alterado* acesse: http://www.youtube.com/watch?v=pAntHbg_lSo.

que ganha dinheiro com sua arte. Há que sublinhar ainda que o prazer de estar junto, o afeto que liga os membros do grupo e que os conecta à alegria de cantar e fazer música, é outro fator a ser destacado. Isso parece nos indicar que a Reforma Psiquiátrica é algo que, para se efetivar na prática, precisa também mobilizar afetos, redesenhá-los, dando-lhe novos contornos. Sem dúvida, o trabalho de refazer as condições sociais da loucura precisa ser feito e refeito dia após dia. Nossa pesquisa nos indicou que o poder manicomial, estigmatizante, se faz presente no cotidiano de algumas práticas.

O que importa, pois, a nosso ver, é atuar no sentido de pôr em xeque este poder, miná-lo, enfraquecê-lo através do fortalecimento de outras conexões, da mobilização de mais e mais actantes que coloquem em cena outros mundos, distintos daqueles que se encaixam muito rapidamente nas dicotomias entre o “louco” e o “são”, o usuário de serviço de saúde mental e o profissional. Parece-nos possível afirmar que os grupos musicais em saúde mental podem funcionar como importantes ferramentas para refazer as condições sociais da loucura, justamente pelo fato de que problematizam as oposições binárias e colocam em xeque os modelos *a priori*, estigmatizantes. Se escrevemos este texto foi porque nos colocamos no campo da saúde mental e nos inserimos nesta luta para refazer as condições da loucura, neste momento, lançando mão de argumentos teórico-práticos, computadores, universidade, títulos acadêmicos: estes são mais actantes nesta rede. É necessário que este trabalho faça mais e mais conexões, que novos aliados se vinculem a esta rede fazendo-a crescer, proliferar, redefinindo desse modo, o social no qual estamos todos inseridos. O que vimos neste artigo é que a re-inserção social do usuário de serviço de saúde mental não é algo que ocorra de uma só vez e que se estabilize, mas antes, um processo que exige esforço, empenho, que mobiliza *actantes* heterogêneos, afetos, dinheiro, instrumentos musicais e tantos outros. Neste sentido, consideramos que um dos principais resultados que colhemos com este trabalho é o de sublinhar que a Reforma Psiquiátrica exige engajamento prático e que a sua aposta nas práticas coletivas e grupais é fundamental para que se redesenhem as condições sociais da loucura. O objetivo da Reforma Psiquiátrica italo-brasileira se presentifica e afirma uma prática na qual se produzem diferenças que desconstroem os modos de funcionamento inoperantes das práticas manicomiais e produzem outras redes, com outros efeitos e que mobilizam outros coletivos.

Acompanhamos parte de um processo em andamento. A novela acabou, a visibilidade destes grupos diminuiu. Mas o trabalho continua. Para nós, evidenciou-se que, para estes usuários e profissionais, há muito mais do que gerar renda e ter visibilidade. Há um fazer-saber que está se constituindo,

um novo modo de operar a música, a musicoterapia, a saúde mental e os lugares instituídos da loucura e dos modos de se trabalhar e interagir com usuários de serviços de saúde mental.

Referências bibliográficas

- Amarante, Paulo (org.) (1995), *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ ENSP.
- Latour, Bruno (1994), *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.
- Latour, Bruno (2008), *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.
- Law, John (1989), “O laboratório e suas redes”, tradução de Ana Lúcia do Amaral Villasboas, revisão de Ivan da Costa Marques. Documento eletrônico consultado a 14.07.2010, disponível em <http://www.nescso.ufrj.br>.
- Law, John (1992), “Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade”. Documento eletrônico consultado a 03.10.2009, disponível em <http://www.nesco.ufrj.br/>.
- Melo, Maria de Fátima Aranha de Queiroz (2006), “Voando com a pipa: esboço para uma psicologia social do brinquedo à luz da idéias de Bruno Latour”. Tese de doutorado em Psicologia Social, apresentada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.
- Mol, Annemarie (2002), *The Body Multiple: Ontology in medical practice*. USA: Duke University Press.
- Moraes, Marcia Oliveira (1998a), “Por uma psicologia em ação”. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica apresentada à Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
- Moraes, Marcia Oliveira (1998b), “Por uma estética da cognição: a propósito da cognição em Latour e Stengers”, *Informare*, 4(1), 49-56.
- Neves, Cláudia Elizabeth Abbês Baeta (2002), “Interferir entre desejo e capital”. Tese de doutorado em Psicologia Clínica, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil.
- Rolnik, Suely (1989), *Cartografia sentimental – Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Siqueira-Silva, Raquel (2007), “Cartografias de uma experimentação musical: entre a musicoterapia e o grupo Mágicos do Som”. Dissertação em Psicologia – Estudos da Subjetividade – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Siqueira-Silva, Raquel; Moraes, Marcia Oliveira (2007), “Musicoterapia e saúde mental: relato de uma experimentação rizomática”, *Psico*, 38(2), 139-148.
- Vidal, Vandré; Azevedo, Marcelo; Lugão, Simone (1998), *Songbook e CD Cancioneiros do IPUB*. Rio de Janeiro: FUJB, IPUB.